



PIRACEMA

- Sete anos do desastre-crime da Vale: reparação avança lentamente e pessoas atingidas seguem lutando por seus direitos

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Janeiro 2026 | nº 18



**Ilha das
Barreiras
Três Marias**

EDITORIAL**PESSOAS ATINGIDAS SEGUEM LUTANDO POR REPARAÇÃO SETE ANOS APÓS O ROMPIMENTO**

Foto: Acervo Guaicuy



2 | INSTITUCIONAL

NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2026 completam-se sete anos do rompimento da barragem da Vale no Córrego do Feijão, em Brumadinho, que matou 272 pessoas e poluiu o Rio Paraopeba. O desastre-crime deixou um rastro de destruição e danos ao longo de Minas Gerais e atingiu centenas de milhares de pessoas em vários municípios.

Infelizmente, mesmo passado tanto tempo, a reparação dos danos causados pouco avançou. A maioria das pessoas atingidas segue sem receber uma indenização pelos danos individuais, enquanto o processo de resolução coletiva das indenizações continua a passos lentos na Justiça.

Ao mesmo tempo, mais de 150 mil pessoas sofrem com o fim do Programa de Transferência de Renda (PTR). O auxílio mensal, encerrado em outubro, foi para muitos a única medida concreta de mitigação durante esses anos. Depois de muita pressão e luta das pessoas atingidas, pode ser efetivado um novo Auxílio Emergencial. Seu começo ainda é incerto, mas a Vale teve sucessivas derrotas na Justiça ao buscar não ser a responsável por pagar os valores mensais.

A grande novidade dos últimos meses, que anima as comunidades da Bacia do Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco, é o início do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. No início de 2026 é possível que, finalmente, os primeiros projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito saiam do papel. O avanço do Anexo 1.1 pode ser um catalisador da reconstrução econômica das comunidades atingidas pelo desastre-crime da Vale.

O Instituto Guaicuy segue trabalhando ao lado das pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 para garantir a participação informada em todo o processo de reparação. Esperamos auxiliar ainda mais no fortalecimento das formas de organização das pessoas atingidas para lutar por seus direitos. Esperamos, ainda, que em 2027, quando se completarem 8 anos do desastre-crime, haja mais vitórias e mais rapidez no processo de reparação.



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Laura Garcia, Mathias Botelho e Natália Ferraz

DIAGRAMAÇÃO: Priscila Justina | **REVISÃO:** Joana Tavares, Laura Garcia, Mathias Botelho e Natália Ferraz

COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARAÓPEBA: Joana Tavares | **FOTOGRAFIA DA CAPA:** João Carvalho

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460

Contato para pessoas atingidas: (31) 97102-5001 | contato@guaicuy.org.br

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | [@institutoguaicuy](https://www.instagram.com/institutoguaicuy)

PAINEL DA REPARAÇÃO

CONFIRA AS PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES DE SETEMBRO A DEZEMBRO

Indenizações

Não houve movimentos de destaque na ação que busca iniciar o processo de resolução (liquidação) coletiva das indenizações individuais. O pedido das Instituições de Justiça (IJs) segue parado. Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal (STF) continua julgando se o Ministério Público tem legitimidade para mover ações desse tipo.

Programa de Transferência de Renda (PTR)

O PTR foi encerrado em outubro, após decisão das IJs. A Fundação Getulio Vargas (FGV), responsável pela administração do programa, afirmou que a verba estabelecida no Acordo para pagamento das parcelas mensais acabou. Mais de 163 mil pessoas receberam 50 parcelas do PTR ao longo de quatro anos.

Novo Auxílio Emergencial

As pessoas atingidas seguem lutando para que haja auxílio mensal enquanto a reparação não avança. A ação movida por associações de pessoas atingidas solicitando a criação de Novo Auxílio Emergencial já foi aceita tanto pelo juiz de primeira instância, quanto pelo desembargador de segunda instância. Em novembro, a Vale foi condenada a depositar um valor parcial para o pagamento do auxílio. A mineradora, no entanto, discorda da sua responsabilidade sobre os pagamentos.

⚠ O juiz indicou que os pagamentos comecem em dezembro de 2025, mas ainda não é possível afirmar quando e como as pessoas atingidas receberão o Novo Auxílio.

Reparação ambiental

A Vale segue sem terminar a dragagem de rejeitos dos primeiros 3 km do Rio Paraopeba. A previsão é de conclusão em junho de 2026. A dragagem do trecho que vai dos 3 aos 6 km está em fase de licenciamento e a previsão é de conclusão em junho de 2027.

Manifestações de pessoas atingidas

Em 5 de novembro, completaram-se dez anos do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco/Vale/BHP, em Mariana. Na ocasião, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) organizou uma manifestação em Belo Horizonte reivindicando reparação integral. Pessoas atingidas pelo desastre-crime da Vale no Paraopeba se juntaram ao ato e reivindicaram o Novo Auxílio Emergencial.

Projetos de fortalecimento dos serviços públicos (Anexo 1.3)

Um destaque na Região 4 foi a realização de reunião em outubro entre a Vale, o Povo Indígena Kaxixó e o Quilombo Saco Barreiro, que oficializou o início da execução do projeto de construção de poços artesanais. O encontro apresentou o cronograma, as equipes envolvidas e as responsabilidades de cada um.

PROTOCOLOS DE CONSULTA:

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

No processo de reparação, o Instituto Guaicuy assessora cinco Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), distribuídos entre as Regiões 4 e 5: o Quilombo Saco Barreiro, localizado na zona rural de Pompéu; o Povo Indígena Kaxixó, que se divide entre Pompéu e Martinho Campos; os ribeirinhos do São Francisco, de Três Marias; os ciganos Calon, de São Gonçalo do Abaeté; e a comunidade religiosa de Matriz Africana de Morada Nova de Minas.

Nesses seis anos de luta, um dos muitos processos significativos desenvolvidos por essas comunidades foi a construção de seus *Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada*.

Os Protocolos são um instrumento fundamental para a garantia dos direitos dos PCTs e a preservação de seus territórios. A equipe do Guaicuy, como Assessoria Técnica Independente (ATI), teve a satisfação de apoiar as comunidades na elaboração desses documentos.

O Povo Indígena Kaxixó publicou seu Protocolo de Consulta em abril de 2022. Em 2025, o documento ganhou novo visual, com os grafismos e cores dos Kaxixó.

“Nós, o Povo Indígena Kaxixó, devemos ser consultados sobre todos os assuntos relacionados à nossa cultura e ao nosso território, abrangendo tudo aquilo que envolve a nossa vida e que possa vir

a interferir nela. Além disso, nós também devemos ser escutados e consultados a respeito dos assuntos relacionados às políticas indígenas de maneira mais ampla, já que direta ou indiretamente essas questões têm impactos sobre nós. Sendo assim, apenas nós, os Kaxixó de cada uma das aldeias, Capão do Zezinho, Fundinho e Pindaíba, podemos responder pelo uso da nossa terra. Somos nós, cacique, vice-cacique e lideranças, que identificamos quem pertence ou não ao nosso Povo.”

Em agosto de 2024, foi a vez da comunidade quilombola do Saco Barreiro, em Pompéu, lançar seu Protocolo de Consulta com uma bela festa.

“Nosso cotidiano é de labuta e resistência. Os homens e mulheres trabalham a terra com as próprias mãos, seja no quilombo ou nas fazendas vizinhas, honrando o suor dos antepassados. As crianças aprendem os segredos da cultura quilombola, ouvindo as histórias contadas pelos mais velhos, que guardam as memórias como um tesouro precioso. Aprendem com os mais velhos a respeitar a terra e a honrar os antepassados, porque a ancestralidade está no sangue de cada um.”

Depois de uma longa construção, o Povo Cigano Calon comemorou o lançamento do seu Protocolo em setembro de 2025. O texto é marcado pela importância da família na cultura cigana:



“Nosso Protocolo foi construído respeitando a tradição, particularidades e decisões da comunidade cigana. Acreditamos que foi muito importante ouvir a opinião de todos, pois cada um tem uma opinião diferente. Assim, nós ouvimos e consultamos toda a nossa comunidade Cigana, passando por todas as famílias e seus membros, juntamos todas as informações recolhidas e agrupamos neste documento.”

Em outubro, houve o lançamento do Protocolo de Consulta dos Ribeirinhos do São Francisco. Nele, além das instruções para a Consulta Prévia, os ribeirinhos também discorrem sobre a relação simbiótica com o Rio São Francisco:

“O rio é muito precioso para nós, é parte da nossa casa, fonte de transporte, alimentação, lazer e renda. Somos profundos conhecedores das dinâmicas do rio e dos peixes há muitas gerações. Além da pesca, vivemos de agricultura familiar e extrativismo animal, que utilizamos para o nosso consumo e realização de trocas entre nós e, sobretudo, nos consideramos guardiões da preservação do meio ambiente.”

A comunidade religiosa de matriz africana de Morada Nova de Minas também está em processo de construção do seu Protocolo de Consulta.

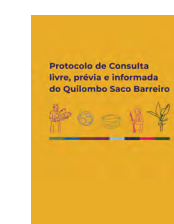
CONHEÇA OS PROTOCOLOS DE CONSULTA DAS COMUNIDADES DAS REGIÕES 4 E 5 NO SITE DO GUAICUY



Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada dos Ciganos Calon de Beira Rio
bit.ly/Protocolo-Calon



Protocolo de Consulta dos Ribeirinhos do São Francisco
bit.ly/Protocolo-Ribeirinhos



Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Quilombo Saco Barreiro
bit.ly/Protocolo-Saco-Barreiro



Protocolo de Consulta Prévia do Povo Kaxixó
bit.ly/Protocolo-Kaxixo



Fotos: Arquivo pessoal Walter Salgado

O PODER DOS ENCONTROS

Ao pensar em um lugar que foi nomeado como Encontro das Águas, é possível imaginar o encanto proporcionado pela beleza da natureza e toda a potência que essa união pode trazer para um território. Esse é um dos motivos que levou o Walter Salgado, conhecido como Waltão, a se mudar para o condomínio, que fica em Curvelo: “Eu me aposentei, vim passar uns dias aqui e acabei ficando. Aí eu fui misturando, misturando, misturando com a natureza.... Fiz uma mistura e fiquei por aqui. Acabou virando um só”.

E quando se vira um só com o meio ambiente, não existe outro caminho a não ser cuidar dele com carinho, compromisso e dedicação. E é isso que Waltão faz, junto a outros moradores de Encontro das Águas, que realizam ações de educação ambiental para evitar degradação e ajudar a preservar a região. Eles estão sempre atentos e, quando algum problema é identificado, a decisão do que fazer vem das conversas no grupo, que se organiza em ações diversas para resolvê-los.



“FIZEMOS ALGUNS FOLHETOS SOBRE MEIO AMBIENTE PRA DISTRIBUIR PRO PESSOAL AQUI: ‘NÃO QUEIMAR LIXO’, ‘NÃO JOGAR NADA NA ESTRADA’, ‘NÃO USAR SOM AUTOMOTIVO’, ‘NÃO FAZER PESCA PREDATÓRIA’, ‘NÃO FAZER QUEIMADA’”, CONTA O MORADOR.



O grupo ainda instalou diversas placas com o objetivo de conscientizar a população e também quem vai até o local a passeio.

Além de produzir esses materiais, o grupo também coloca a mão na massa: eles limpam as estradas, recolhem resíduos que foram deixados em locais inadequados, poluindo o local, e fazem algo que é muito importante: conversam com as pessoas para explicar que tipo de ações são prejudiciais para o território e devem ser evitadas. É assim que eles vêm atuando, mostrando que gente quando se junta em direção ao mesmo curso também tem muita força, assim como o Encontro das Águas.



Foto: Acervo Guaicuy

TROCAS QUE TRANSFORMAM

Espaços de encontro, mobilização e fortalecimento socioeconômico. É assim que têm se mostrado as feiras comunitárias realizadas na Região 5 Leste atingida pelo rompimento da barragem da Vale em 2019. Organizadas pelas Comissões de Pessoas Atingidas com o apoio do Guaicuy, esses espaços concretizam a potência da união do povo.

Na região, esse movimento começou em agosto de 2024 com a Comissão Formosa, responsável pela feira que acontece na praça da Forquilha do Cabral, município de Três Marias. A iniciativa, que tem o propósito de fortalecer a economia local, dá espaço para a agricultura familiar e promove a alimentação saudável. Além de oferecer acesso a alimentos orgânicos, produtos naturais como mel e melado, e artesanato local, o espaço ganha ares de celebração com música, comida boa e trocas entre a vizinhança. O evento costuma acontecer no segundo sábado de cada mês.

A Comissão Atingidos do Bagre foi pelo mesmo caminho, organizando uma feira em Ribeirão do Bagre, em Felixlândia. Na primeira edição, realizada em fevereiro de 2025, cerca de 100 pessoas prestigiaram os feirantes que ocuparam a Praça da Mércia com diversos produtos locais, como doces, quitandas, salgados e até flores. Ainda teve show de piseiro para garantir o clima de alegria. A previsão é que a próxima edição aconteça em 2026.

Em abril foi a vez de Lagoa do Meio, também em Felixlândia, que ganhou a feira da Comissão Lagoa e Tronco. A praça em frente ao campo da comunidade tem se transformado em um ponto de encontro e celebração da cultura local, valorizando sabores e saberes da população. O ambiente se encheu de bancas de frutas e verduras, conservas, temperos e refeições como feijão tropeiro, caldos e churrasquinhos. Com o sucesso da edição, a Comissão consolidou um calendário de feiras ao longo de todo o ano.

Já no segundo semestre, em setembro, Felixlândia ainda teve a Feira Comunitária do Baixo Paraopeba, produzida pela Comissão de mesmo nome em La Poveda. O evento, que fortaleceu o intercâmbio e a economia solidária entre as 12 comunidades da região, teve edições programadas para o restante do ano. Assim como nas outras feiras, foram ofertados alimentos típicos, produtos agroecológicos e artesanatos. Tarsila Esteves, supervisora no Guaicuy, explica:

“Cada feira funciona como um circuito de troca e fortalecimento, em que os esforços das próprias comunidades se transformam em oportunidades de aprendizado, convivência e desenvolvimento territorial”. É a força organização popular, que agora busca potencializar as iniciativas por meio dos projetos e linhas de crédito previstos no Anexo 1.1 do Acordo Judicial de Reparação. Com isso, será possível ampliar as possibilidades de fortalecimento econômico e de autonomia nos territórios atingidos.

GLOSSÁRIO

PROJETOS DE DEMANDAS DAS COMUNIDADES

PARTE 1

O **Anexo 1.1** do *Acordo Judicial de Reparação* destina R\$ 3 bilhões para **projetos de demandas das comunidades e linhas de crédito solidário** para pessoas atingidas.

Em 2025, falamos bastante sobre esses projetos, que também serão muito discutidos nos próximos anos. Por isso, organizamos um pequeno *glossário* de palavras que serão cada vez mais frequentes nas conversas das pessoas atingidas. Esta é a primeira parte!

Danos coletivos São aqueles sofridos pelas comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em 2019, como *piora no acesso a água, alimentação, moradia, sociabilidade, renda* e outros. Eles foram levantados e sistematizados ao longo de 2022 e 2023, e conferidos e validados junto às comunidades em 2025. São esses danos que devem ser reparados com o Anexo 1.1!

Entidade Gestora É o consórcio formado por *Cáritas Minas Gerais, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e Instituto E-Dinheiro*. Foi escolhida pelas Instituições de Justiça, através de edital, para gerir parte dos recursos do Anexo 1.1.

Conselhos e Setores São as estruturas da *governança popular* do Anexo 1.1. Cada região atingida tem seu *Conselho Regional*. Já os *Conselhos Locais* são compostos por representantes de comunidades próximas entre si. Para representar toda a Bacia do Paraopeba, Represa de Três Marias e calha do São Francisco, será formado ainda o *Conselho Inter-regional*.

Já os *Setores* são formados exclusivamente por Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Eles também se organizam em Locais, Regionais e Inter-regional.

Projetos comunitários São os projetos propostos pelas comunidades para serem executados através do Anexo 1.1. Eles serão escolhidos pelas pessoas atingidas, por meio dos *Conselhos e Setores*. Alguns exemplos já apresentados são voltados para *hortas e quintais produtivos, avicultura, produção de alimentos e turismo*.

Crédito solidário e microcrédito Do valor total do Anexo 1.1, R\$ 1 bilhão será destinado a um programa de crédito solidário, ou seja, empréstimos acessíveis para as pessoas atingidas. O programa visa auxiliar na reparação econômica das comunidades, fortalecendo pequenos negócios, gerando emprego e renda, e movimentando os comércios locais. Esse programa está em construção pelos *Conselhos e Setores*, com a Entidade Gestora.

A segunda parte do glossário virá no próximo **Piracema!** Para acompanhar os projetos do Anexo 1.1 onde você mora, mantenha contato com os membros do Conselho ou Setor que representa a sua comunidade.